REQUERIMENTO Nº 20/2025

REQUER À MESA DIRETORA, A CONVOCAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE SUAS DECLARAÇÕES FEITAS EM AUDIÊNCIA JUDICIAL NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE Nº 0801142-45.2025.8.14.0040, EM QUE AFIRMOU TER SIDO PRESSIONADO POR VEREADORES PARA MANTER CONTRATOS DO PSS.

Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do art. 202 e 206, inciso VIII do Regimento Interno desta Casa de Legislativa, a convocação do Prefeito Municipal de Parauapebas, Sr. Aurélio Goiano, para prestar esclarecimentos perante esta Casa Legislativa acerca das declarações feitas pelo Chefe do Executivo Municipal durante audiência judicial ocorrida em 25 de fevereiro de 2025, no âmbito da Ação Civil Pública nº 0801142-45.2025.8.14.0040, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará – SINDSAÚDE, nas quais afirmou ter sido pressionado por vereadores para manter contratos do PSS, levantando graves questionamentos sobre interferências políticas na administração municipal.

Parauapebas, 27 de fevereiro de 2025.

MAQUIVALDA AGUIAR BARROS:46710531368

Assinado de forma digital por MAQUIVALDA AGUIAR BARROS:46710531368
Dados: 2025.02.27 17:12:39 -03'00'

MAQUIVALDA BARROS
VEREADORA - PDT

JUSTIFICATIVA

Nos termos dos artigos 303 e 304 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parauapebas, a convocação do Prefeito Municipal para prestar informações sobre assuntos de sua competência administrativa é uma prerrogativa do Legislativo, sendo realizada mediante ofício enviado pelo Presidente da Câmara, acompanhado de requerimento aprovado pelo Plenário. O Prefeito tem o prazo de 15 (quinze) dias para atender à convocação e prestar os devidos esclarecimentos.

Dessa forma, a convocação do Prefeito Municipal constitui um mecanismo essencial para assegurar a transparência, a fiscalização e o controle das ações do Executivo, reforçando o compromisso da Câmara Municipal com o interesse público e a boa governança.

Assim sendo, no dia 25 de fevereiro de 2025, durante audiência judicial referente à Ação Civil Pública nº 0801142-45.2025.8.14.0040, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará – SINDSAÚDE, o Prefeito Municipal de Parauapebas, Sr. Aurélio Goiano, fez declarações que geraram grande repercussão e levantaram sérios questionamentos sobre a condução da administração pública e a relação entre o Executivo e o Legislativo. Na ocasião, o Prefeito afirmou perante o Juiz da Vara da Fazenda Pública e Execução Fiscal da Comarca de Parauapebas, Excelentíssimo Dr. Lauro Fontes, que estaria sendo pressionado por vereadores de sua base de governo para manter cerca de 120 contratados, enquanto outro parlamentar teria solicitado a permanência de mais 90 servidores contratados pelo PSS.

Vejamos, a seguir, a transcrição do vídeo que viralizou nas redes sociais, contendo as afirmações do Prefeito durante a referida audiência:

- “Tem Vereador que pediu para mim 150 vagas, que eu mantivesse, como é que é a fala?”
- “tem Vereador que quer, que veio me pedir, que eu mantesse dentro do pss 128 pessoas, né? 120 pessoas e outro vereador pediu 90, 120 pessoas, isso um só, viu dr. Lauro?”

- "Outra coisa, talvez eu não deveria falar, mas eu tô aqui e eu vou falar, tem Vereador, ah, mas tá dentro da sua base. Eu não consigo governar isso aqui, se não for com essa câmara!"
- "Eu não tô aqui passando pano, não tô aqui fazendo coisa errada, eu vou é pra cima desses cara! Mas entenda, tem Vereador que pediu para eu permanecer 120 vagas, pessoas dele. Dr. Se o senhor der uma decisão hoje, se o senhor quiser dar uma decisão hoje para tirar 1500 pessoas e o senhor der a ordem, eu tiro agora!"
- "E foi com ela dr. Lauro – se referindo a chefe de gabinete - se o senhor quiser questionar, perguntar para ela, como é difícil ouvir um vereador chegar aqui e falar: tem que manter 120 pessoas aqui, porque é gente minha dentro do PSS."

A gravidade da situação se acentuou com a declaração do Prefeito, na qual ele afirmou que, caso não acatasse tais pressões, teria dificuldades para administrar o município sem acordos com eventuais parlamentares do Legislativo. Essa fala sugere uma possível vinculação entre a gestão administrativa e compromissos políticos, o que exige esclarecimentos detalhados, tanto para esta Casa Legislativa quanto para a população de Parauapebas.

A repercussão dessas declarações foi imediata. No dia 26 de fevereiro de 2025, trechos da audiência e falas do Prefeito passaram a circular amplamente nas redes sociais, não apenas no município, mas também em cidades vizinhas, gerando grande preocupação entre a população e levantando dúvidas sobre a transparência e a legalidade da gestão dos contratos e nomeações na Prefeitura.

Diante desse cenário, é essencial que o Prefeito Municipal e sua Chefe de Gabinete, Sra. Joelma Leite, compareçam a esta Casa Legislativa para prestar os devidos esclarecimentos sobre os seguintes pontos:

1. Esclarecer quais vereadores pressionaram a gestão para a manutenção de contratados do PSS, indicando os nomes e o contexto dessas solicitações;

2. Especificar os contratos mencionados e o impacto administrativo que a manutenção ou desligamento desses contratados pode gerar no funcionamento da Prefeitura e dos serviços públicos;
3. Explicar em que termos se deu a declaração de que, sem tais acordos políticos, não seria possível administrar a cidade, esclarecendo se há compromissos firmados entre a gestão municipal e membros do Legislativo e quais seriam os impactos administrativos desses possíveis acordos;
4. Apresentar as medidas que a gestão pretende adotar diante da repercussão pública do caso e da gravidade da declaração feita em juízo, a fim de garantir a transparência e a legalidade dos atos administrativos.

Considerando que essa questão é de interesse público e envolve diretamente a integridade da administração municipal e do Legislativo, este requerimento tem como objetivo garantir transparência, ética e responsabilidade dos agentes públicos perante a população. Assim, a convocação do Prefeito deverá ser deliberada pelo Plenário desta Casa Legislativa, conforme previsto no Regimento Interno.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres vereadores e vereadoras para a aprovação deste requerimento.

Parauapebas, 27 de fevereiro de 2025.

MAQUIVALDA AGUIAR BARROS:46710531368

Assinado de forma digital por MAQUIVALDA AGUIAR BARROS:46710531368
Dados: 2025.02.27 17:13:14 -03'00'

MAQUIVALDA BARROS
VEREADORA - PDT